Propostas sobre Fundeb vitalício ganham força no Senado

Relatórios de duas propostas de emenda à Constituição que querem tornar o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) uma política vitalícia devem ser concluídos esta semana e apreciados na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado ainda em maio.

Uma dessas PECs, a 33/19, foi apresentada no final de março pelo senador Jorge Kajuru (PSB – GO) e tem como relator o senador Zequinha Marinho (PSC – PA). A assessoria de Marinho diz que uma primeira versão do relatório foi concluída, mas está sendo aperfeiçoada para ser apresentada durante esta semana na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado.

A outra, a PEC 65/2019 - apresentada depois da reunião dos governadores em Brasília na última semana - é do senador Randolfe Rodrigues (Rede- AP) e tem o senador Flávio Arns (Rede -PR) como relator. Segundo Arns, que não era membro da CCJ e entrou no colegiado no lugar de Randolfe só para se dedicar à relatoria da proposta, a ideia é votar o texto o quanto antes. “O fim da vigência do Fundeb é muito preocupante, pois pode gerar uma desorganização e perda de recursos aplicados na educação básica pela União. Por isso, é fundamental avançarmos com essa PEC para que possamos garantir a sua permanência e aperfeiçoar o ensino no país”, avaliou.

O senador acredita que a proposta criará um clima de mais segurança e tranquilidade para o Brasil, já que a vigência do Fundeb termina no ano que vem.

Governadores

O assunto ganhou força na última semana depois ter sido tema de conversas em Brasília entre governadores e o presidente da República, Jair Bolsonaro. Os chefes dos Executivos estaduais também tiveram audiência com o ministro da Educação, Abraham Weintraub, para tratar do assunto.

Em dificuldades financeiras, eles são unânimes em dizer que é impossível perder os recursos que começaram a ser pagos em 2007. Só no ano passado, o Fundeb realocou cerca de R$ 148 bilhões em recursos, usados para pagamento de salários e manutenção de creches e escolas. O pedido pela manutenção do Fundo é um dos seis pontos de uma carta entregue a Bolsonaro.

Fundeb

O Fundeb cobre toda a educação básica, da creche ao ensino médio, e é a principal fonte para o pagamento dos professores da rede pública em todo o país. O fundo ainda pode ser usado para a manutenção de escolas, aquisição de material didático e capacitação dos docentes, entre outras despesas.

É formado por dinheiro proveniente dos impostos e das transferências obrigatórias aos estados, Distrito Federal e municípios (fundos de participação constitucionais). Além desses recursos, a União faz aporte complementar em alguns estados o que, no ano passado, representou R$ 13 bilhões. O recurso da União é repassado quando o valor por aluno no estado não alcança o mínimo definido nacionalmente (atualmente, R$ 3.016,17 ao ano).

Em cada estado, os recursos apurados são redistribuídos conforme o número de alunos das redes de ensino estaduais e municipais. O Fundeb foi instituído pela Emenda Constitucional nº 53, de 19 de dezembro de 2006, em substituição ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), criado em 1996.

Texto

Uma das principais diferenças entre as PECs é que a apresentada por último, pelo senador Randolfe, inclui algumas sugestões de governadores como a implementação do Custo Aluno-Qualidade Inicial (CAQi), a oferta de educação em tempo integral em no mínimo 50% das escolas públicas, a política de valorização dos profissionais da educação básica pública e a destinação de 10% do Produto Interno Bruto para a educação pública.

Esse mesmo texto estabelece ainda que a Complementação Custo Aluno-Qualidade Inicial da União ao Fundeb será de no mínimo 40%, sendo ampliada progressivamente a partir do percentual de 20% no primeiro ano de vigência do novo Fundeb. Outro ponto da proposta prevê que 75% de cada fundo seja destinado ao pagamento dos profissionais da educação básica pública em efetivo exercício, para assegurar a aplicação dos recursos dos fundos para a remuneração e valorização dos profissionais da educação.

CCJ

Segundo a presidente da CCJ, senadora Simone Tebet (MDB -MS), de maneira geral, quando não há acordo entre os autores de propostas sobre o mesmo tema, a votação de um texto não impede a de outro. “Todas podem ser votadas na CCJ”, garantiu . A partir da daí, explicou à Agência Brasil, por decisão da Mesa Diretora da Casa, podem ser apensadas em plenário. Simone, que tem por hábito fechar a pauta do colegiado às quintas-feiras pela manhã, disse que se os relatórios chegarem até lá, pode pautar o assunto para a próxima semana.

Tramitação

Se aprovados na CCJ do Senado, as PECs sobre o Fundeb seguem direto para o plenário da Casa, por onde precisam passar por outros dois turnos de votação. Vencida essa etapa as propostas seguem para deliberação da Câmara dos Deputados.

A discussão não é nova no Congresso onde pelo menos outras duas PECs sobre o assunto tramitam. Além da PEC 15/2015, da ex-deputada federal Raquel Muniz, há ainda a PEC 24/2017, da ex-senadora e atual deputada federal Lídice da Mata (BA).

Agência Brasil

FUNDEB

Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

Paraná toma a frente na busca por investimentos chineses

O Paraná toma a frente entre os estados brasileiros nos contatos com empresas chinesas que tenham interesse em investir no Brasil. Reportagem do jornal Valor Econômico publicada na segunda-feira (13) destacou a iniciativa do governador Carlos Massa Ratinho Junior, que esteve em Xangai no final de abril, de iniciar conversas com empresários chineses para viabilizar projetos estaduais.

No encontro com direção da China Communication Construction Company (CCCC) um dos projetos tratados por Ratinho Junior foi a construção de um corredor ferroviário bioceânico, entre os portos de Paranaguá e Antofagasta, no Chile. Executivos chineses devem desembarcar no Paraná ainda neste primeiro semestre para ampliar as conversações.

Pelo menos outros oito estados estão de olho no aporte dos chineses a projetos de infraestrutura, mostra a reportagem. Bahia, Amapá, Alagoas, Pará, Pernambuco, Goiás, Paraíba e Mato Grosso também buscam investidores do país asiático para tirar suas obras do papel e alavancar os investimentos.

HUB LOGÍSTICO – O governador Ratinho Junior está apresentando o projeto do corredor bioceânico com o objetivo de transformar o Paraná no principal hub logístico da América do Sul. A iniciativa foi apresentada para autoridades do Brasil, Chile, Argentina e Paraguai, por onde passará o novo traçado ferroviário.

Ratinho Junior argumenta que a China tem interesse no projeto, em grande parte pela demanda por comida pelo país asiático. O corredor, de acordo com o governador, reduz o tempo de transporte de cargas e barateia o frete, dando mais competitividade ao produto brasileiro.

O mercado chinês é o principal destino das exportações paranaenses, respondendo por 44% do total exportado em 2018. Ratinho Junior salientou que o Paraná está em uma posição geográfica capaz de atender 70% do setor produtivo da América do Sul, já que concentra seis das dez maiores cooperativas agrícolas da América Latina.

Além do corredor ferroviário também estão em discussão com as companhias chinesas investimentos em portos e a concessão de rodovias no Estado.

Expediente

jornal da CIDADE

Editora Grandes Sertões Veredas Ltda.
Redação e Administração: R. São Paulo, 951 - Sertanópolis - PR
CNPJ 04.321.967/0001-26 - Cx. Postal 80 - CEP 86170-000
Fones (43) 3232-2568 - 9 9963-7000 (Tim WhattsApp) - 9 9110-2568
www.jornaldacidade.net.br • E-mail: jornal.dacidade@bol.com.br
As matérias e artigos assinados não expressam necessáriamente a opinião dos editores deste jornal e são de responsabilidade de seus autores.
As fotos e textos das matérias não podem ser reproduzidos sem consentimento por escrito da Editora e constituem violação de direitos autorais.
Editor e Jornalista Responsável: Getulio V. Soares - Registro Profissional 10776/PR
Diretora Comercial: Fabiane Framarin Soares
Filiado ao Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Londrina, ADJORI - PR, APJOR e FENAJ
Edição comercial impressa no Parque Gráfico da Folha de Londrina
Tiragem: 5.000 exemplares
O Diário Oficial é impresso em Parque Gráfico próprio com tiragem de 1.000 exemplares impressos e postagem diária no site do jornal.

ADJORI-PR | FENAJ FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS | Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Londrina

Portos do Paraná atuam para aumentar segurança do trabalhador

Os Portos do Paraná usam a partir desta segunda-feira (13) uma ferramenta gerencial para identificar o comportamento do trabalhador nas áreas portuárias e relacioná-lo com o potencial de risco de acidentes. É o Índice de Segurança Portuária (ISP), que faz parte do Programa de Prevenção e Redução de Acidentes, Incidentes e Desvios.

A metodologia é implantada pela equipe do Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho (Sesmet), vinculada à Diretoria de Meio Ambiente dos Portos do Paraná.

“Estamos em um ambiente de atividades complexas e que oferecem riscos à segurança das pessoas. Precisamos ter a consciência, a todo momento, que nada é tão urgente que não possa ser realizado garantindo a total segurança da nossa maior riqueza, os nossos colaboradores”, diz o diretor de Meio Ambiente, João Paulo Santana. Ele acrescenta que esta prática é importante para consolidar o comportamento seguro nas atividades portuárias.

De acordo com a metodologia, os profissionais da área de Segurança do Trabalho fazem auditorias diárias, percorrendo rotas de observação planejadas, com foco em identificar e registrar qualquer ação que tenha potencial para causar danos às pessoas e ao meio ambiente.

Alguns dos fatores levados em conta são o uso de equipamento individual de segurança (EPI) – se profissional estiver sem deverá colocá-lo imediatamente; se o trabalhador está em uma posição segura para executar a atividade; e se os colaboradores utilizam o EPI necessário de forma correta para cada tipo de atividade, sem improvisos.

“Verificamos também se os trabalhadores estão seguindo os procedimentos operacionais de forma correta e se possuem um planejamento, se prepararam para desempenhar as atividades com segurança, entre outros”, explica o Engenheiro de Segurança José Sbravatti.

Ele acrescenta que o comportamento do ser humano é um fator muito importante para a prevenção de acidentes. “Todas as decisões do trabalhador têm influência sobre algo ou vão impactar diretamente outras pessoas. Um dos objetivos é trabalhar na conscientização dessas pessoas, principalmente das lideranças, e eliminar a ocorrência de atitudes fora dos padrões de segurança”.

Com os dados coletados a cada visita, ao longo dos meses, os resultados do Índice de Segurança Portuária (ISP) serão monitorados para detectar se as pessoas de uma determinada área estão melhorando os índices de práticas seguras na execução das tarefas diárias.

Segundo Sbravatti, este indicador possibilita mensurar o índice de práticas seguras durante a execução de tarefas, assim como gerenciar quais as categorias em que os desvios comportamentais estão associados, e em quais atividades e locais eles mais ocorrem. “Desta maneira é possível fazer uma análise crítica dos dados e tomar decisões sobre as ações que serão implementadas para a melhoria contínua dos processos”.